

Senado quer reforma sem demissões

BRASÍLIA — O Senado pretende implantar, ainda este ano, uma reforma administrativa, com o objetivo reduzir ao mínimo a burocracia e dar melhores condições de trabalho aos 83 senadores que estarão atuando na próxima legislatura.

— Reforma administrativa não se faz demitindo funcionários. Reforma se faz racionalizando o trabalho, definindo com clareza as funções de cada servidor — afirmou o Senador Mendes Canalle (PSDB-MS), Primeiro Secretário da Mesa Diretora do Senado e um dos três responsáveis — os outros dois são os senadores Alexandre Costa (PFL-MA) e Lourenberg Nunes Rocha (PTB-MT) — pela execução da reforma.

O projeto da reforma administrativa deverá ser submetido ao plenário até o fim deste mês, mas, antes, os executores pretendem discuti-lo com a Fundação Getúlio Vargas.

Mendes Canalle informou que a implantação da reforma não significará redução imediata dos custos, o que se tornou uma mania do Governo Collor, mas, sim, melhoria do trabalho parlamentar, o que, em seu entender, refletirá diretamente em benefício da sociedade. Segundo o Senador, a reforma será feita para dar agilidade ao Legislativo, com a aquisição, inclusive, de mais computadores, fac-símiles e outros equipamentos que permitam a modernização do Senado.

— Criamos aqui um rótulo para a burocracia, para os intermináveis despachos que emperram tudo. Chamamos de “despacho ao ao”, porque um funcionário encaminha um papel ao departamento tal, que por sua vez encaminha ao outro e assim sucessivamente. É com isto que precisamos acabar e não com os servidores — argumenta Mendes Canalle.

Três projetos de reforma administrativa foram feitos para o Senado. Um pelo Senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA), outro pelo Senador Fernando Henrique (PSDB-SP) e o terceiro pelos integrantes da Comissão Diretora do Senado. Mendes Canalle, Alexandre Costa e Nunes Rocha os fundiram para, depois, discutir e aperfeiçoar o projeto com a Fundação Getúlio Vargas.

O Senador Mendes Canalle afirmou ontem que ele e o Diretor Administrativo do Senado, Antônio Carlos Oliveira, não receberam qualquer reclamação de funcionários ou de senadores sobre a portaria baixada esta semana, que determina o reencaminhamento de servidores as suas funções originais.

— O levantamento sobre o número de servidores desviados para outras funções ainda não foi concluído. Somente depois de sua conclusão é que poderemos falar — afirmou.